



Internet e democracia: a qualidade da informação sobre políticas públicas de cultura em portais de governo¹

Carolina Ito MESSIAS²
Danilo ROTHBERG³

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru – SP

RESUMO

Estudos indicam que a internet, em função de seus recursos de hipertexto e apresentação dinâmica de conteúdo, pluralidade e contextualização acessados de diferentes maneiras segundo as escolhas do usuário, é um meio especialmente apropriado para tornar disponível a informação sobre gestão pública. O objetivo geral deste projeto de pesquisa é identificar a potencial contribuição para a construção da cidadania, considerada em sua dimensão de exercício do direito à informação, oferecida pelos portais eletrônicos do Ministério da Cultura, da Secretaria de Estado da Cultura e das Secretarias Municipais de Cultura das cidades-sede das 15 regiões administrativas do Estado de São Paulo: Araçatuba, Barretos, Bauru, Campinas, Central (Araraquara e São Carlos), Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São Paulo, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba.

PALAVRAS-CHAVE: comunicação pública; internet; políticas públicas; cultura.

TEXTO DO TRABALHO

1. Introdução

O conceito de comunicação pública eficiente, de acordo com o referencial teórico utilizado nesta pesquisa, envolve a oferta de informações que atualizem o cidadão sobre diversos aspectos da gestão dos governos, de maneira transparente e responsiva. A literatura também sugere que a internet seria um meio adequado para a disponibilização dessas informações, uma vez que oferece recursos dinâmicos capazes de atender às necessidades específicas do cidadão que irá usufruir das políticas públicas. O objetivo geral desta pesquisa é avaliar como o governo brasileiro têm se apropriado desses recursos para estabelecer diálogo com a sociedade, a partir de uma análise qualitativa

¹ Trabalho apresentado no IJ06 - Interfaces Comunicacionais do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – INTERCOM SUDESTE 2013 realizado de 3 a 5 de julho de 2013. Este artigo apresenta resultados de pesquisa de iniciação científica realizada com bolsa PIBIC/CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Os autores agradecem ao CNPq pela bolsa concedida.

² Estudante de graduação do Curso de Jornalismo da FAAC - Unesp, email: carolina.ito33@yahoo.com.br

³ Doutor em Sociologia pela Unesp - Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp, email: danilo@faac.unesp.br



das informações disponíveis nos portais eletrônicos. Os objetivos específicos consistem em avaliar a qualidade da comunicação pública digital como fonte de informação sobre gestão pública de cultura e lazer.

Os portais de governo analisados neste relatório parcial pertencem ao Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) e à Secretaria de Estado da Cultura (www.cultura.sp.gov.br), do governo de São Paulo. A coleta e análise das informações sobre políticas públicas nesses portais, de acordo com o cronograma da pesquisa, foram feitas durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012.

2. Portais eletrônicos de governo: uma proposta de democracia digital

A influência da internet nas relações sociais contemporâneas incita diversos questionamentos acerca de como isso pode afetar o campo político, no contexto de países que adotam o sistema de democracia representativa. Os autores que abordam essas possíveis mudanças sob uma ótica positiva teriam “grandes expectativas sobre a democracia mediada por computador”, partindo da ideia de que “as ferramentas da internet permitiriam uma relação com a informação e com os emissores das mensagens distinta da dos meios de comunicação tradicionais, estabelecendo que esta nova lógica seria acompanhada por um novo ambiente político” (Bragatto, 2011, p. 137). A essa aceção estariam ligados fatores como redução de custos para produzir e obter informação, acessibilidade e capacidade de aproximação entre o cidadão e as instituições públicas.

Os portais de governo possuem ferramentas que atendem a demandas distintas, frequentemente categorizadas pela literatura entre *e-gov*, ou governo eletrônico e *e-política*, ou democracia digital. Os dispositivos utilizados no *e-gov* têm a função de facilitar o acesso do cidadão a serviços como emissão de documentos, supervisão de gastos públicos e pagamento de impostos. Já o conceito de *e-política* envolve a participação no processo de formulação e avaliação de políticas públicas, expandindo o exercício da democracia por meio de fóruns de discussão online e outras formas de recebimento de inputs dos cidadãos (Rothberg, 2010).

No caso brasileiro, as formas de interação proporcionadas pelo uso da internet foram incorporadas pelo governo federal no ano 2000, com a criação do Comitê Executivo de Governo Eletrônico. A partir dos estudos dessa comissão interministerial,



foram delineadas ações para universalizar os serviços do governo eletrônico e melhorar sua infraestrutura, como uma forma de modernizar a gestão pública (Diniz, 2009).

Esses avanços no uso da internet e no desenvolvimento do governo eletrônico podem auxiliar na construção da chamada democracia digital, caracterizada pela migração das práticas cidadãs para o ambiente da internet, que possibilitaria uma comunicação mais plural e afirmação dos princípios democráticos na sociedade.

Entre as bases da democracia digital está o direito fundamental à informação, previsto pelo artigo 5º da Constituição Federal. No que tange ao direito à informação pública, o inciso XXXIII esclarece o dever dos órgãos governamentais concebendo que todo cidadão tem direito a receber informações de interesse particular, coletivo ou geral, que devem ser fornecidas de acordo com a lei.

Para que o cidadão possa participar das decisões políticas ativamente, é necessário que seu direito fundamental à informação pública seja garantido pelas instâncias do governo, estabelecendo a comunicação em uma “via de mão dupla”, a partir do momento em que atores sociais e seus representantes são ouvidos no processo político.

Na construção da democracia digital, Bezerra (2011, p. 49) destaca a importância da *accountability* política, que se realiza através da prestação de contas e da atualização constante de informações destinadas ao cidadão com o objetivo de capacitá-lo politicamente. E no processo em que a *accountability* é considerada uma característica importante da gestão pública, questões como transparência e fornecimento de *feedback* à sociedade se tornam igualmente relevantes e permitem a criação de instrumentos que aprimorem a informação técnico-administrativa e a interação com o público como: banco de dados a serem consultados pela imprensa, *chats* para consulta e debate *online*, enquetes e recursos que esclareçam a escolha e execução das políticas públicas (Bezerra, 2011).

Quando se fala em democracia digital, devemos lembrar que se trata de um projeto complexo e que pode ser concretizado em longo prazo. Embora as ações dos governos tenham se mostrado tímidas em muitos países, especialmente aqueles que estão em desenvolvimento, Gomes (2005, p.215) destaca a importância adquirida nos últimos anos do estudo realizados acerca dos mecanismos de gerenciamento público pela internet, relacionados à possibilidade de construção de uma democracia digital:

Cunha-se o verbete “democracia digital” e formas semelhantes (democracia eletrônica, e-democracy, democracia virtual, ciberdemocracia, dentre outras), ao redor dos quais se vem formando, nos últimos 10, 15 anos, uma



volumosa bibliografia interessada basicamente nas novas práticas e renovadas possibilidades, para a política democrática, que emergem da nova infraestrutura tecnológica eletrônica proporcionada por computadores em rede e por um sem-número de dispositivos de comunicação e de organização, armazenamento e oferta de dados e informações on-line.

Como a informação adequada sobre políticas públicas e ações governamentais constituem a noção de democracia digital, cabe verificar o meio mais apropriado para a veiculação dessas informações. O tópico seguinte trata do tema, a partir de estudos que indicam que a internet seria o meio de comunicação mais eficiente para a veiculação de informações sobre políticas públicas.

3. Internet e o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação

É importante destacar que o acesso à internet vem aumentando significativamente nos últimos anos. De acordo com o último mapeamento do Comitê Gestor de Internet no Brasil (2012), no período de 2008 a 2011, o número de domicílios com computador passou de 25% para 45% e a porcentagem de computadores com acesso à internet, no mesmo período, aumentou de 18% para 38%. Apesar do número considerável de domicílios sem acesso à internet, é possível notar avanços no âmbito da inclusão digital, que podem ser potencializados com políticas públicas direcionadas à universalização do acesso.

Embora certas características façam da internet um meio distinto de outros veículos de comunicação, avaliar qual formato é necessário para atender às demandas de uma comunicação mais descentralizada e de caráter plural é um processo em constante transformação, no qual o tempo é um fator decisivo. Feita essa ressalva, cabe o questionamento: por que a internet pode ser considerada o meio mais adequado para a difusão e articulação de políticas públicas? Estudos atribuem essa qualidade aos recursos de hipertexto, ao dinamismo proporcionado pelos recursos multimídia e à interatividade presentes na rede, que seriam capazes de proporcionar experiências em variados níveis de profundidade, de acordo com a demanda do usuário.

Estudos apontam que os recursos de design próprios da internet seriam capazes de facilitar o acesso ao conteúdo disponível nos portais de governo. O padrão de exibição em hipertexto pode auxiliar o cidadão na busca por informações de seu interesse, à medida que os *hyperlinks* permitem aprofundar o conhecimento de maneira rápida, numa experiência designada por algumas pesquisas em comunicação como “acesso por demanda”.



Rothberg (2009, p. 15) destaca a importância da linguagem hipertextual, nesse ponto, vista como algo benéfico para o aprendizado:

Além disso, a navegação entre *links* permite maior controle da experiência de aprendizado através da internet, e a possibilidade de mais controle tem sido associada a uma maior motivação para aprender. Em uma estrutura linear, se o usuário se aborrece em determinado ponto, ele tende a interromper a leitura. Em uma estrutura hipertextual, os variados caminhos disponíveis ao usuário podem representar estímulos à continuação do aprendizado.

O caráter multimídia da internet, que permite agregar e adaptar diferentes linguagens ao seu funcionamento, também representa uma vantagem em detrimento de outros meios de comunicação. Dessa forma, o usuário pode acessar a informações com diferentes abordagens e recursos audiovisuais, possibilitando maior aprendizado (Rothberg, 2009).

No que tange às possibilidades da rede, frente à divulgação de assuntos de interesse público, Rothberg (2009, p. 13) salienta que “as características de interatividade da rede e oferta de recursos audiovisuais e hipertextuais exigem atenção dos usuários e oferecem mais possibilidade de controle sobre a experiência cognitiva”, por isso, a internet seria o meio mais adequado para divulgação de informações dessa ordem.

Explorar o potencial da internet no âmbito do governo eletrônico implica em explorar as Tecnologias de Informação e Comunicação, que acompanham o desenvolvimento tecnológico das últimas décadas. As TICs podem ser ferramentas importantes no sentido de facilitar o acesso às informações em ambiente digital e incentivar a participação do usuário nas decisões públicas.

No contexto de análise dos *websites* de governo, D’Andréa (2006, p. 43) explica que devem ser considerados elementos que identifiquem se a informação está sendo desviada de seu objetivo de prestar serviço público aos cidadãos, para possibilitar a “transformação das estruturas tradicionais centralizadas, fechadas e opacas, em redes de informação transparentes, fluidas e abertas, com múltiplos pontos de acesso”.

É nesse aspecto que as Tecnologias de Informação e Comunicação, que atuam como intermediárias do processo informacional por meio de recursos tecnológicos, podem ter contribuição relevante. As TICs foram incorporadas aos portais institucionais, segundo Diniz (2009, p. 24), devido aos seguintes aspectos: “o uso intensivo [...] pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais; a



migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços online e o avanço e universalização da infraestrutura pública de telecomunicações e da internet”.

A partir do uso das TICs, Bragatto (2006, p. 6) sugere alguns princípios a serem seguidos para que haja efetiva participação efetiva nos portais eletrônicos de governo:

Portanto, para as TICs potencializarem a participação do cidadão na tomada de decisão política, o uso dessas ferramentas deve guiar - se pelos seguintes princípios: (1) disponibilidade de informação, (2) acesso aos serviços públicos, (3) criação de espaços de controle das ações governamentais, (4) criação de espaços para manifestação popular. Estas ações pode diminuir o custo das informações e, portanto, facilitar a inserção política da população.

A internet, em si, não tem capacidade de alterar as decisões sobre políticas públicas, mas permite que esse processo seja mais democrático e que alcance um público mais amplo. Em relação à oferta de informação na internet, os *webites* de governo possibilitariam romper com o monopólio da mídia tradicional (Penteado, Araújo e Santos, 2010).

A análise da informação oferecida pelo governo no internet é importante para que se possa explorar ao máximo a capacidade das TICs e oferecer melhores serviços e informações ao cidadão, em consonância com a modalidade de comunicação pública.

4. Comunicação pública: conceitos e desafios

Neste momento, é necessário delinear quais as definições e princípios que envolvem o conceito de comunicação pública. As possibilidades para essa vertente comunicacional, destacadas por Duarte, sugerem que ela se realiza em espaços onde há manifestação de diversos temas e opiniões, em consonância com os princípios democráticos.

A comunicação pública pode ser entendida como “difusão de idéias na esfera pública, ou seja, é a circulação e o compartilhamento de idéias e opiniões nesse ambiente de comunicação” (Duarte, 2006, p. 25). Outra ideia atrelada a esse conceito é a de que o cidadão é incentivado a participar ativamente das discussões políticas e sociais, à medida que os meios de comunicação pública abrangem o Terceiro Setor e a sociedade civil como um todo.

Esse processo ocorre em duas dimensões, contemplando “a comunicação como garantia da cidadania (o que representa a dimensão institucional da comunicação pública) e a comunicação como expressão da opinião pública (a dimensão política da comunicação pública)” (Duarte, 2006, p. 28). Essas definições afastam a comunicação



pública de uma comunicação que faça promoção de parlamentares utilizando estratégias publicitárias. A finalidade principal é servir como um espaço de negociação entre o Estado e os cidadãos e realização da *accountability* política.

Seguindo tais princípios, a comunicação pública realizada por parte do Estado e suas instâncias políticas precisa estabelecer alguns deveres no sentido de promover a cidadania. Esses deveres estão relacionados à preocupação em mobilizar os cidadãos a participar das decisões políticas de seu país, como salienta Brandão (2009, p. 5):

Entendida desta forma, a comunicação promovida pelos governos (federal, estadual ou municipal) pode ter a preocupação de despertar o sentimento cívico (...); informar e prestar contas sobre suas realizações, divulgando programas e políticas que estão sendo implementadas; motivar e/ou educar, chamando a população para participar de momentos específicos da vida do país (...); proteger e promover a cidadania, ou convocar os cidadãos para o cumprimento dos seus deveres”.

A comunicação pública, da maneira pela qual é concebida atualmente, possui funções que vão desde a missão de veicular informação institucional e ações políticas até o incentivo ao exercício da cidadania. Após verificar aspectos ligados à comunicação estabelecida pelos governos, é preciso direcioná-los à dimensão das políticas públicas de cultura e lazer no Brasil, como propõe este trabalho.

5. Políticas públicas de cultura e lazer no Brasil

Traçados os limites e possibilidades na definição do que é comunicação pública, interessa investigar quais as características das políticas públicas de cultura e lazer e a importância de se divulgar informações sobre planejamento, implementação e execução dessas ações promovidas pelos governos.

Tratando da atual configuração das políticas de cultura e lazer, um dos primeiros elementos a serem destacados é a interligação entre cultura e desenvolvimento, permitindo que artistas e agentes culturais possam realizar seus trabalhos de maneira sustentável e ampliando a criação de empregos e renda.

Ortiz (2008, p. 126) observa que as políticas públicas de cultura incorporam a ideia de desenvolvimento sob diversas formas e práticas associadas, desde a erradicação da pobreza, até a valorização da diversidade cultural:

Neste sentido, o vínculo entre cultura e desenvolvimento, embora não seja necessário, é decisivo. É isso que nos permite trabalhar temas como: erradicação da pobreza, melhoria das condições de gênero, incentivo ao turismo, preservação do meio ambiente. Mais ainda, é no contexto da



modernidade-mundo que se torna possível valorizar as diferenças. Dizer que as culturas são um “patrimônio da humanidade” significa considerar a diversidade enquanto um valor, se não “universal”, pelo menos, extensivo a um conjunto amplo de indivíduos.

Capturando esse cenário de mudanças econômicas e sociais, o termo “indústria criativa” ganha força durante a década de 1990. O conceito adquiriu mais consistência quando se tornou objeto das políticas culturais do governo inglês, que passou a incorporar segmentos criativos como publicidade, arquitetura, artesanato, design, cinema, software e a produção relacionada às artes consagradas. (Bendassoli, 2009, p. 11). Na indústria criativa, a “a criatividade é o elemento central, sendo percebida como necessária para a geração de propriedade intelectual” (p. 12)

No ângulo das políticas culturais, O’Connor (2010, p.72) afirma que “na tentativa de mobilizar a política pública de cultura para o desenvolvimento econômico, é necessário engajar um significado cultural específico e ambições que tenham valor coletivo sociopolítico, bem como econômico”. Além disso, o pesquisador enfatiza a atuação da política pública cultural como forma de promover o surgimento de novos valores de consumo, ancorada pela evolução da internet:

A permeação da economia nas formas de produção cultural pede por novos tipos de habilidades e modelos de negócios (difíceis de administrar) anteriormente restritos à indústria cultural. (...) Contudo, eu também sugiro que esse desenvolvimento tem sido agravado pelo crescimento da internet em vários níveis (O’CONNOR, 2010, p.73).

Durand (2001), em seu estudo sobre as políticas culturais brasileiras, aponta algumas falhas na gestão pública. A primeira é a concentração de recursos nas secretarias estaduais em detrimento das secretarias municipais, o que dificulta a articulação entre esses órgãos de governo e pode prejudicar projetos que seriam mais eficientes se inseridos em outras localidades. Outro aspecto é falta de avaliação prévia da “paisagem cultural” do lugar em que a política pública irá atuar, o que permitiria a expansão do repertório cultural do público e evitaria o amadorismo artístico (2001, p. 68).

As dificuldades enfrentadas pelo governo também estão ligadas à falta de continuidade das políticas públicas de cultura e lazer. Calabre (2007, p. 12) enfatiza que, nesse caso, “o grande desafio é o de criar projetos que não sejam desmontados a cada nova administração, gerando um ciclo contínuo de desperdício de recursos e de trabalho”.



Esse pressuposto pode ser atendido pelo Sistema Nacional de Cultura, aprovado em setembro de 2012 por meio da PEC nº 34. O SNC começou a ser idealizado em 2003, com o intuito de estabelecer uma política de Estado que não sofra influência da troca de governos. Outro objetivo é integrar instâncias federais, estaduais e municipais no desenvolvimento de políticas públicas, juntamente com fóruns e conselhos que envolvam a participação da sociedade civil.

Calabre (2007, p. 17) ainda menciona a importância da informação sobre a gestão pública de cultura para dar continuidade ao projeto nacional:

Outra questão prioritária é a da gestão da informação. A elaboração de políticas requer conhecimento sobre o tema. O planejamento demanda a existência de um mínimo de dados. A criação de um Sistema Nacional de Cultural é uma das possíveis formas de garantir as parcerias necessárias para a construção de um Sistema Nacional de Informações Culturais.

A informação tem um papel importante na divulgação de políticas públicas e permite que os cidadãos tenham conhecimento das ações para que possam usufruir plenamente de seus benefícios. A análise qualitativa de como essa informação é transmitida atualmente, possibilita o aperfeiçoamento futuro dos portais eletrônicos de governo.

6. Análise de informações sobre políticas públicas em portais eletrônicos

Para análise da profundidade e abrangência das informações sobre políticas públicas de cultura nos portais de governo foram utilizadas treze categorias de avaliação: antecedentes; diagnósticos; objetivos; metas; recursos atuais e planejados; ações atuais; ações planejadas; eficiência; eficácia; impacto; custo-efetividade; satisfação do usuário; equidade. Cada uma dessas variáveis recebeu pontuação entre zero e dois, sendo que: (0) significa ausência de informação, (1) significa a presença de informações pouco aprofundadas e (2) indica que a informação corresponde de maneira satisfatória à categoria analisada (Rothberg, 2010).

A amostra, por sua vez, é composta pelos portais do Ministério da Cultura, da Secretaria de Estado da Cultura e dos portais das quinze regiões administrativas do Estado de São Paulo (Barretos, Bauru, Campinas, Central (Araraquara e São Carlos), Franca, Marília, Presidente Prudente, Registro, Ribeirão Preto, Santos, São Paulo, São José dos Campos, São José do Rio Preto e Sorocaba). A escolha de *websites* pertencentes aos níveis federal, estadual e municipal ajuda a obter uma compreensão

mais ampla do desenvolvimento dos portais de governo e de como as informações sobre políticas culturais se articulam entre esses três níveis.

Até o momento foi concluída a análise das informações disponíveis no portal do Ministério da Cultura (www.cultura.gov.br) e da Secretaria de Estado da Cultura, do governo de São Paulo (www.cultura.sp.gov.br). A análise resultou em quatro planilhas eletrônicas, duas destinadas à avaliação das informações presentes nas seções noticiosas dos portais e duas retiradas das seções permanentes sobre políticas públicas, entre os meses de outubro a dezembro de 2012.

No portal do Ministério da Cultura foram selecionadas 21 textos da seção noticiosa que continham informações sobre políticas públicas. Como os textos são avaliados em relação a treze categorias distintas, o total de pontos possíveis para cada um deles é 26, o que permitiria a obtenção de 546 pontos no total.

Após o preenchimento da planilha, foram contabilizados 143 pontos na seção noticiosa do portal do MinC, o que equivale a 26,29% do total (546). Esse percentual representa o Índice de Qualidade da Informação, de acordo com o referencial teórico-metodológico proposto. A partir desse dado, nota-se que as informações sobre políticas públicas de cultura presentes nas notícias do portal do governo federal correspondem a pouco mais de um quarto do nível ideal de qualidade, levando em consideração as treze categorias de análise.

A pontuação obtida na avaliação de cada notícia variou entre 3 e 9. O gráfico 1 mostra quais categorias de análise foram preenchidas com maior frequência.

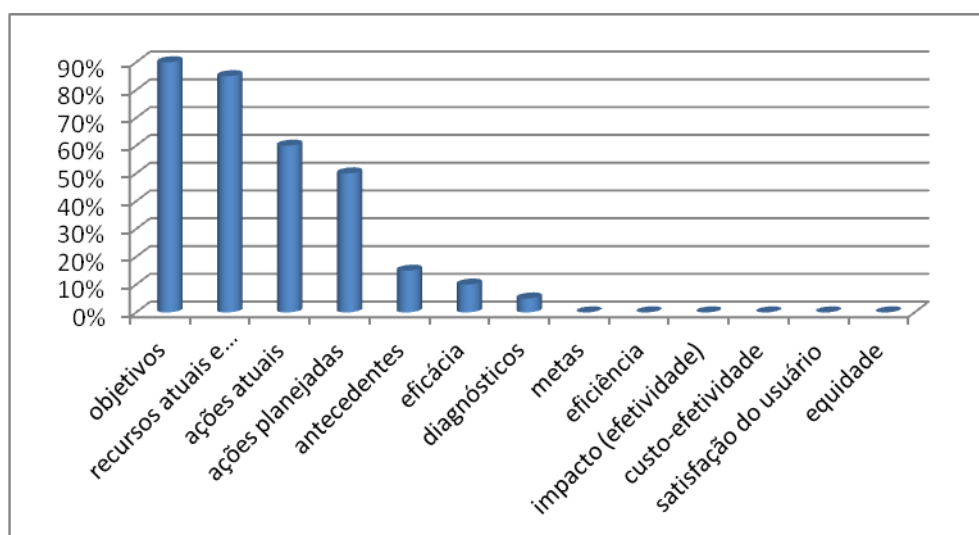


Gráfico 1. Categorias de análise que aparecem com mais frequência na seção noticiosa do portal do Ministério da Cultura.

As informações que aparecem na maior parte dos textos, como evidencia o gráfico 1, referem-se aos objetivos da política pública, seguidas de “recursos atuais e planejados” e “ações atuais”. A presença desses três elementos configura um padrão que permeia toda a amostra utilizada nesta pesquisa. As categorias que não foram preenchidas em nenhum dos textos referem-se à avaliação dos impactos das políticas públicas e exigiriam acompanhamento efetivo por parte dos gestores de cultura e de comunicação do Ministério. Também é notável a falta de informações sobre metas mais bem delineadas para as políticas, que possam materializar os objetivos propostos.

Ainda no *website* do Ministério da Cultura foram selecionadas 18 páginas com informações sobre políticas públicas incluídas nas seções permanentes do *website* federal. Em 13 páginas havia *hyperlinks* direcionados a informações complementares ou documentos de apoio, que também foram considerados na análise para obtenção do Índice de Qualidade da Informação.

A pontuação máxima possível para os 18 textos é 468 e o preenchimento da planilha eletrônica contabilizou, efetivamente, 144 pontos que equivalem ao IQI de 30,76%. A soma dos pontos em cada política variou entre 4 e 15, sendo que três atingiram a pontuação 4 e apenas uma atingiu a pontuação 15. O gráfico 2 dimensiona as categorias de análise presentes nos textos com mais frequência.

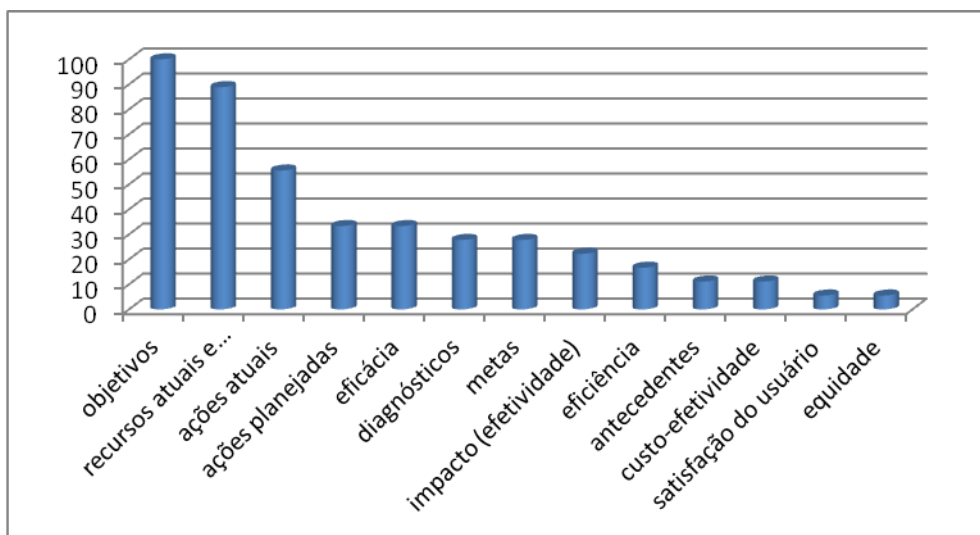


Gráfico 2. Categorias de análise que aparecem com mais frequência nas seções permanentes do portal do Ministério da Cultura.

Novamente, as categorias mais preenchidas foram “objetivos”, “recursos atuais e planejados” e “ações atuais”. Nota-se, pelo gráfico 2, que nenhuma das treze categorias

deixou de ser preenchida e o Índice de Qualidade da Informação obtido nas seções permanentes do MinC foi o maior entre os *websites* considerados na amostra.

No portal eletrônico da Secretaria de Estado da Cultura, foram selecionadas 10 textos da seção noticiosa entre os meses de outubro e dezembro de 2012, que permitem a soma total de 260 pontos. O preenchimento da planilha contabilizou 69 pontos, equivalentes a um Índice de Qualidade da Informação de 26,53%, considerando-se as treze categorias propostas. “Objetivos”, “ações atuais e planejadas” e “recursos atuais e planejados” foram as categorias mais preenchidas, como mostra o gráfico 3.

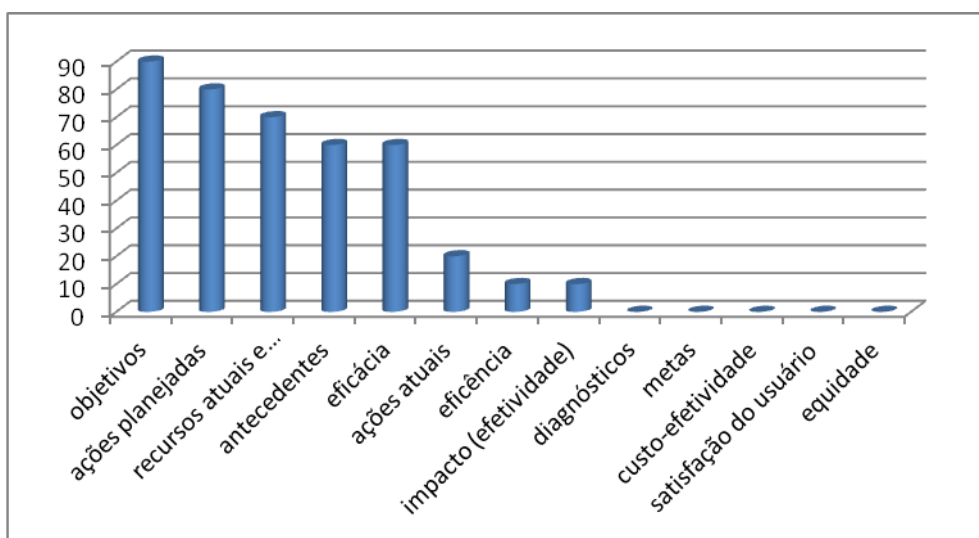


Gráfico 3. Categorias de análise mais frequentes na seção noticiosa do portal da Secretaria de Estado da Cultura.

De acordo com o gráfico 3, cinco categorias não foram contempladas nas informações do *website* estadual. Mais uma vez, há uma deficiência em disponibilizar conteúdo referente ao acompanhamento das políticas públicas, tanto na questão da recepção de quem as usufrui, quanto dos custos e investimentos.

Na análise das seções permanentes da Secretaria de Estado da Cultura, foram selecionados 17 textos que, após análise, permitem a pontuação máxima de 442. No preenchimento da planilha, foi contabilizada a soma de 94 pontos que equivalem a 21,26% do total e correspondem ao Índice de Qualidade da Informação.

O total de pontos para cada política variou entre 3 e 9 e o gráfico 4 evidencia que a categoria preenchida com mais frequência de (90%) foi “objetivos”

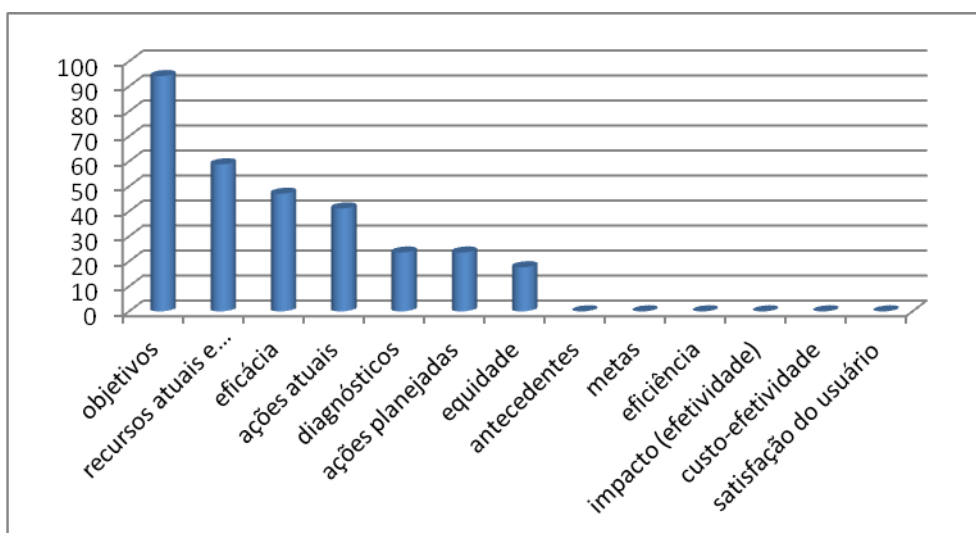


Gráfico 4. Categorias de análise que aparecem com mais frequência nas seções permanentes do portal da Secretaria de Estado da Cultura.

O gráfico 4 indica, novamente, que cinco categorias não foram preenchidas. Informações relacionadas a “metas”, “eficiência”, “impacto (efetividade)”, “custo-efetividade” e “satisfação do usuário” são as que aparecem com pouca ou nenhuma frequência e constituem um padrão de análise da amostra.

Após avaliar informações sobre políticas públicas disponíveis nos portais eletrônicos do MinC e da Secretaria de Estado da Cultura, notam-se os baixos percentuais relacionados ao Índice de Qualidade Informação proposto pela pesquisa. No *website* pertencente ao Governo Federal, a média entre os percentuais obtidos equivale a 28,5%, pouco mais de um quarto do nível de qualidade da informação necessária sobre a gestão pública. No portal do Governo Estadual a média fica em aproximadamente 24%. A partir desses resultados, serão propostas estratégias de gestão em comunicação pública para melhorar a qualidade da informação nos portais, seguindo as tarefas do cronograma de pesquisa.

7. Considerações finais

No contexto em que as pessoas dedicam cada vez mais tempo a atividades culturais, lazer e entretenimento e a cultura é concebida como ferramenta importante de educação e cidadania, os portais eletrônicos de governo possuem grande potencial de divulgação das ações desenvolvidas, podendo estimular a participação e o engajamento da sociedade. Para isso, é necessário oferecer informações que atendam a diversos



interesses e níveis de aprofundamento e que sejam úteis tanto para gestores culturais, quanto para os cidadãos que irão usufruir das políticas.

De acordo com os resultados parciais da pesquisa, o portal do Ministério da Cultura apresenta maior clareza quanto à concepção aqui apresentada de uma comunicação pública eficiente, capaz de mobilizar os cidadãos e informá-los adequadamente sob as opções de cultura e lazer promovidas pelo governo. O portal da Secretaria de Estado da Cultura, embora tenha atualização constante, disponibiliza informações que não ultrapassam a superficialidade. As deficiências encontradas em ambos ficam evidentes com os baixos valores contabilizados para os Índices de Qualidade da Informação.

Aspectos importantes da gestão em comunicação pública devem ser aperfeiçoados nos *websites* de governo, sobretudo no que diz respeito ao fornecimento de conteúdo sobre o andamento das políticas e o impacto gerado nas comunidades em que atuam, seguindo os princípios democráticos de acesso à informação.

REFERÊNCIAS

BENDASSOLI, P. F.; WOOD, T.; KIRSCHBAUM, C.; CUNHA, M. P. Indústrias Criativas: Definição, Limites e Possibilidades. RAE, São Paulo, v. 49, n.1, p. 010-018, 2009.

BEZERRA, H. D. Boa governança via *web*: o Brasil caminha a passos lentos 2011. In: ROTHBERG, D. (org.) Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo. 1.ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 43-64, 2011.

BRAGATTO, R. C. Participação democrática e novas tecnologias de comunicação: mapeando diretrizes políticas e o uso da internet pelos governos do Brasil e da Argentina. In: Anais do I Congresso Anual da Associação Brasileira de Pesquisadores de Comunicação e Política, Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2006.

_____. Democracia e internet: apontamentos para a sistematização dos estudos da área. Revista Compolítica. n. 2, vol. 1, ed. set-out, 2011.

BRANDÃO, E. Conceito de Comunicação Pública. In: _____. Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, p. 1-33, 2007.

CALABRE, L. Políticas culturais no Brasil: balanço e perspectivas. III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. 23 a 25 de maio. Salvador, Bahia. 2007.

Comitê Gestor da Internet no Brasil. Pesquisa sobre o Uso das Tecnologias de Informação e Comunicação no Brasil. São Paulo, 2012.



D'ANDRÉA, C. Estratégias de produção e organização de informações na web: conceitos para a análise de documentos na internet. *Ciência da Informação*, v. 35, n. 3, p. 39-44, 2006.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. *RAP. Revista de Administração Pública*, vol. 43, n. 1, p. 23-48, 2009.

DUARTE, J.; VERAS, L. (orgs). Glossário de Comunicação Pública. Brasília: Ed. Casa das Musas, 2006.

DURAND, C. D. Cultura como objeto de política pública. São Paulo em Perspectiva. Vol.5, nº 2, São Paulo, 2001.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, v. 7, n. 3, p. 214-222, 2005.

O'CONNOR, J. *The cultural and creative industries: a literature review*. Londres: Arts Council England, 2010.

ORTIZ, R. Cultura e Desenvolvimento. *Políticas Culturais em Revista*, n. 1, v. 1, p. 122-128, 2008.

PENTEADO, C. L. C.; SANTOS, M. B. P. e ARAUJO, R. P. A. O uso das NTICs na formulação e divulgação de Políticas Públicas: o caso do Ministério da Cultura. *ponto-e-vírgula*, 8: 88-121, 2010.

ROTHBERG, D. Informação de diagnóstico, democracia e inclusão digital. *Liinc em Revista*, v. 5, n. 1, p. 4-18, 2009.

_____. Portais eletrônicos de governo e a contribuição da informação e da comunicação para a expansão da cidadania. In: Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), 34, 2010.